

ATIVIDADES:

OBRAS FERROVIÁRIAS DESENVOLVIDAS DENTRO DOS LIMITES MÉDIO DA FAIXA DE DOMÍNIO, QUE ATENDAM AOS CRITÉRIOS FIXADOS NO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 349/04 (REVOGADA PELA RESOLUÇÃO 479/2017);

REFORMA OU MANUTENÇÃO DE LINHAS DE METRÔ; E

REFORMA OU MANUTENÇÃO DE LINHAS FÉRREAS.

LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO).

Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.

1 – Requerimento

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas inicial, final e a cada deflexão do traçado da estrada. Pontos determinados com precisão mínima de 10 metros.

12 – Formulário de Cadastro

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

13 – Memorial descritivo da área do projeto

Deverá contemplar:

- a) Os limites do imóvel ou das instalações, apresentando pontos de referência e caracterizando a vizinhança do empreendimento, de modo a permitir um perfeito reconhecimento do mesmo;
- b) Localização do terreno em relação ao logradouro principal e a pelo menos mais dois outros, indicando a denominação dos acessos. Caso esteja situado às margens de estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado onde se localiza;
- c) Descrição da cobertura vegetal, topografia, tipo de solo e corpos d'água existentes, preferivelmente acompanhada de fotografias;
- d) Localização em relação aos cursos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver;
- e) Pluviometria da região;
- f) Existência de áreas protegidas no entorno (mata atlântica, mata ciliar, manguezal, Unidades de Conservação.);

- g) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio de no mínimo 100 metros; e
- h) Infraestrutura existente no entorno.

14 – Memorial descritivo do empreendimento

Deverá contemplar:

- a) Os objetivos e a justificativa do projeto; e
- b) Características do empreendimento, contendo minimamente: extensão, largura, número de linhas, características da via permanente (tipo de dormentação, lastro e sublastro, trilhos, etc.), tipo de transporte (passageiros, cargas perigosas ou não perigosas, produtos perigosos ou não perigosos), unidades de apoio (pátios de manobra, postos de abastecimento, oficinas de manutenção, lavador de locomotivas e vagões, etc.).

15 – Planta de situação do empreendimento

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Orientação magnética;
- b) Topografia projetada;
- c) Corpos d'água existentes e projetados e respectivas faixas de proteção;
- d) Cobertura vegetal da Área Diretamente Afetada – ADA;
- e) Projeto geométrico, com delimitação da faixa de domínio; e
- f) Obras de arte especiais.

16 – Planta de situação das instalações de apoio

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Sistema de drenagem de águas pluviais (rede, caixas de contenção, indicação dos locais de lançamento dessas águas no solo ou no corpo d'água, ou ainda a integração com sistema público de drenagem de águas pluviais);
- b) Sistema de efluentes sanitários (rede, caixas de passagem, unidades de tratamento); e
- c) Sistema de efluentes oleosos (rede, caixas de passagem, unidades de tratamento).

17 – Planta de interferências

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Projeto geométrico;
- b) Edificações;
- c) Dutos;
- d) Redes aéreas; e
- e) Outras ferrovias, rodovias e estradas.

18 – Projeto e memória de cálculo dos sistemas de controle ambiental da área de abastecimento de locomotivas, lavador de locomotivas, postos e oficinas de manutenção (sistemas de tratamento de efluentes, sistema de separação de água e óleo, diques de contenção, etc.).

19 – Projeto das instalações de apoio dentro da faixa de domínio (escritórios, terminais de passageiros de carga, postos de abastecimento, postos e oficinas de manutenção, etc.)

Deverá conter informações sobre a infraestrutura de saneamento, incluindo sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento (caso não seja público, apresentar memória de cálculo e projeto), etc.

20 – Comprovante de origem florestal

Quando forem utilizados dormentes de madeira.

21 – Teste de estanqueidade dos tanques de acumulação de efluentes.

22 – Manual de operação das instalações operacionais e de apoio

Acompanhado das respectivas ARTs dos responsáveis técnicos.

23 – Programa de monitoramento de efluentes líquidos das oficinas, postos de manutenção, lavagem de locomotivas e vagões.

24 – Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

25 – Relatório de identificação da eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos

Conforme os termos da Resolução CONEMA nº 44, de 14.12.12.

26 – Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR)

Quando ocorrer transporte de produtos perigosos.

27 – Plano de Ação de Emergência (PAE).

28 – Estudo Ambiental (EIA/RIMA, RAS, outros)

Dependendo do porte, da localização e do potencial de impacto ambiental do empreendimento, poderá ser solicitado algum tipo de estudo ambiental, em complementação aos documentos apresentados, que deverá ser desenvolvido de acordo com Instrução Técnica específica, elaborada por grupo de trabalho e fornecido após vistoria técnica na área.

No Portal do Licenciamento (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.